



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022

ÍNDICE

3 APRESENTAÇÃO

5 DESTAQUES 2022

- 5 Forças-Tarefa da Coalizão elaboram propostas para regulamentação da Lei de PSA
- 6 Força-Tarefa Código Florestal atua pela implementação da lei, que completou 10 anos
- 8 Observatório da Restauração passa por ampla reforma para qualificação de seus dados
- 10 GT Nativas avança na desburocratização e diagnóstico de oportunidades no Espírito Santo
- 12 Coalizão e Concertação investem em frentes de atuação conjunta na agenda de bioeconomia
- 14 FT Finanças Verdes envia contribuições para o Plano Safra e debate papel do seguro rural
- 16 Carta enviada ao presidente Joe Biden manifesta apoio a fundo para florestas tropicais
- 18 Amazônia e mercado de carbono estão entre principais temas da atuação internacional

20 ESPECIAL ELEIÇÕES

26 ENGAJAMENTO DA REDE DA COALIZÃO

- 26 Diagrama da estrutura da Coalizão

27 ADVOCACY

28 INDICADORES DE COMUNICAÇÃO

29 FACILITADORES E EQUIPE DA COALIZÃO

31 PRESTAÇÃO DE CONTAS

32 AGRADECIMENTOS

33 PERSPECTIVAS PARA 2023

34 SOBRE A COALIZÃO

.....

Clique nos hiperlinks em azul e nos ícones ao longo do relatório para acessar os conteúdos:



APRESENTAÇÃO

Em 2022, a **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura** demonstrou mais uma vez estar alinhada ao seu propósito: ser um espaço robusto de diálogo entre seus mais de 350 membros. Por meio dos Fóruns de Diálogo e Forças-Tarefa, buscaram-se consensos, consentimentos, produção colaborativa de conhecimento e geração de influência sobre a agenda de clima e uso da terra, em prol da harmonia entre conservação e produção e da economia de baixo carbono.

Ao longo do ano, foram realizados mais de 130 encontros dos Fóruns de Diálogo e Forças-Tarefa, 67 reuniões de advocacy e mais de 60 eventos com a participação ou realização do movimento. Houve um crescimento de 30% de seguidores nas redes sociais e, na imprensa, a **Coalizão** foi mencionada em mais de 1.900 conteúdos.

Em um ano marcado por debates intensos em torno da agenda eleitoral – e, mais uma vez, por um alto índice de desmatamento na Amazônia –, a **Coalizão** marcou presença através da elaboração de documentos com propostas para candidatos e, depois, governos eleitos, mirando o combate à devastação dos ecossistemas, a geração de emprego e renda e a segurança alimentar. Esses pilares são imprescindíveis para a construção de um país mais justo, inclusivo, competitivo e sustentável.

As contribuições do movimento foram apresentadas a equipes de campanha e grupos de trabalho da transição. Também foram tema de massiva campanha nas redes sociais, onde este conteúdo angariou mais de 9,6 milhões de visualizações.

Os Fóruns de Diálogo e as Forças-Tarefa conciliaram a elaboração das propostas eleitorais ao seu trabalho cotidiano, que gerou resultados concretos para as políticas públicas e a economia do país. Entre as principais entregas de 2022 estão a publicação de uma nota técnica com recomendações para a regulamentação da Lei de Pagamento por Serviços Ambientais, contribuições ao Plano Safra 2022/23 e a desburocratização de processos ligados à silvicultura de espécies nativas no Espírito Santo. A implementação do Código Florestal, legislação que completou uma década, e os caminhos para o desenvolvimento de uma bioeconomia sustentável também foram debatidos.

Na agenda internacional, a **Coalizão** marcou presença em eventos de grande projeção, como o Congresso Florestal Mundial, a Climate Week e a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 27).

As expectativas para 2023 são de um trabalho cada vez mais ancorado na escuta e diálogo entre os membros da rede e interlocutores estratégicos, consolidando a voz ativa do movimento rumo à prosperidade da economia verde brasileira. ■

FORÇAS-TAREFA DA COALIZÃO ELABORAM PROPOSTAS PARA REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE PSA

Divulgação/Igor Estrela



Coalizão apresentou suas propostas para regulamentação da Lei de PSA em evento na Câmara dos Deputados

Após acompanhar de perto a tramitação e aprovação no Congresso Nacional da Lei nº 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, bem como a derrubada de vetos presidenciais que não estavam alinhados com a visão de uma política pública participativa e transparente, a Força-Tarefa (FT) Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) uniu esforços com a FT Mercados de Carbono para elaborar, ao longo do primeiro semestre de 2022, um conjunto de dez propostas para a regulamentação dessa legislação.


Criadas a partir do diálogo entre 49 entidades e organizações de diferentes setores, as recomendações visam assegurar respeito às salvaguardas ambientais, a atratividade dos contratos de PSA para o setor financeiro público e privado e a inclusão de comunidades tradicionais e agricultores familiares.


Manter a integridade dos ecossistemas, preservar a biodiversidade, frear o desmatamento, plantar árvores, reduzir o

uso de defensivos agrícolas, recuperar a qualidade da água e dos solos e manejar de forma sustentável os recursos naturais são exemplos de ações provedoras de serviços ambientais. Esses esforços precisam ser estimulados e compensados – daí a importância da implementação da lei.

A nota técnica com as propostas foi enviada a ministérios, parlamentares, embaixadas e diversos tomadores de decisão. Elas foram apresentadas, ainda, em julho, em um café da manhã seguido do debate **“Pagamento por serviços ambientais – Uma proposta de implementação para o Brasil”**, realizado na Câmara dos Deputados, em Brasília. ■

SAIBA MAIS:

 **Nota técnica: propostas para regulamentação da Lei 14.119/2021**

 **Publicação traz propostas da Coalizão para regulamentação da Lei de PSA**

FORÇA-TAREFA CÓDIGO FLORESTAL ATUA PELA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI, QUE COMPLETOU 10 ANOS

Filipe Frazão/123RF



FT promoveu eventos para discutir a implementação da Código Florestal, tema visto com urgência pela Coalizão

Em 25 de maio de 2022, a Lei nº 12.651/2012, conhecida como Código Florestal (CF), completou 10 anos com pouco a se comemorar, já que não foi totalmente implementada ao longo da última década. Diante disso, a Força-Tarefa (FT) Código Florestal realizou reuniões para discutir como a **Coalizão** pode contribuir para que os mecanismos e as obrigatoriedades da lei sejam efetivamente concretizados pelos estados.

O tema é visto com urgência pelo movimento, já que o CF pode ser uma importante ferramenta no combate ao desmatamento, estabelecendo obrigações aos proprietários rurais. Uma delas é o registro do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que demanda informações como áreas de uso e características ambientais. Embora seja autodeclaratório e frequentemente usado por grileiros para registro de imóveis irregulares em



florestas públicas, o CAR é fundamental e pode contribuir significativamente para a contenção da devastação da floresta se for conjugado a outros instrumentos adotados por governos estaduais, como avalia Beto Mesquita, colíder da FT Código Florestal:

“Os registros do CAR deveriam ser cruzados com os de bancos de dados como o do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes). Assim, sendo identificado um desmatamento em uma área, o proprietário do registro no CAR deveria ser chamado a prestar explicações”, disse Mesquita, [em entrevista](#) ao Boletim da **Coalizão**.

No início do ano, a FT realizou um [seminário interno](#) com organizações que atuam em prol da implementação do Código, a fim de identificar convergências e possíveis colaborações mútuas.

O acompanhamento do tema pela FT inclui, ainda, o monitoramento de novos projetos de lei, para que não venham a substituir ou enfraquecer a legislação. Outra medida é a articulação do setor privado em defesa do CF, já que é desejo das grandes empresas do agro, principalmente daquelas que atuam no comércio internacional, que os produtores integrados à sua cadeia de fornecimento estejam em conformidade com a lei. ■

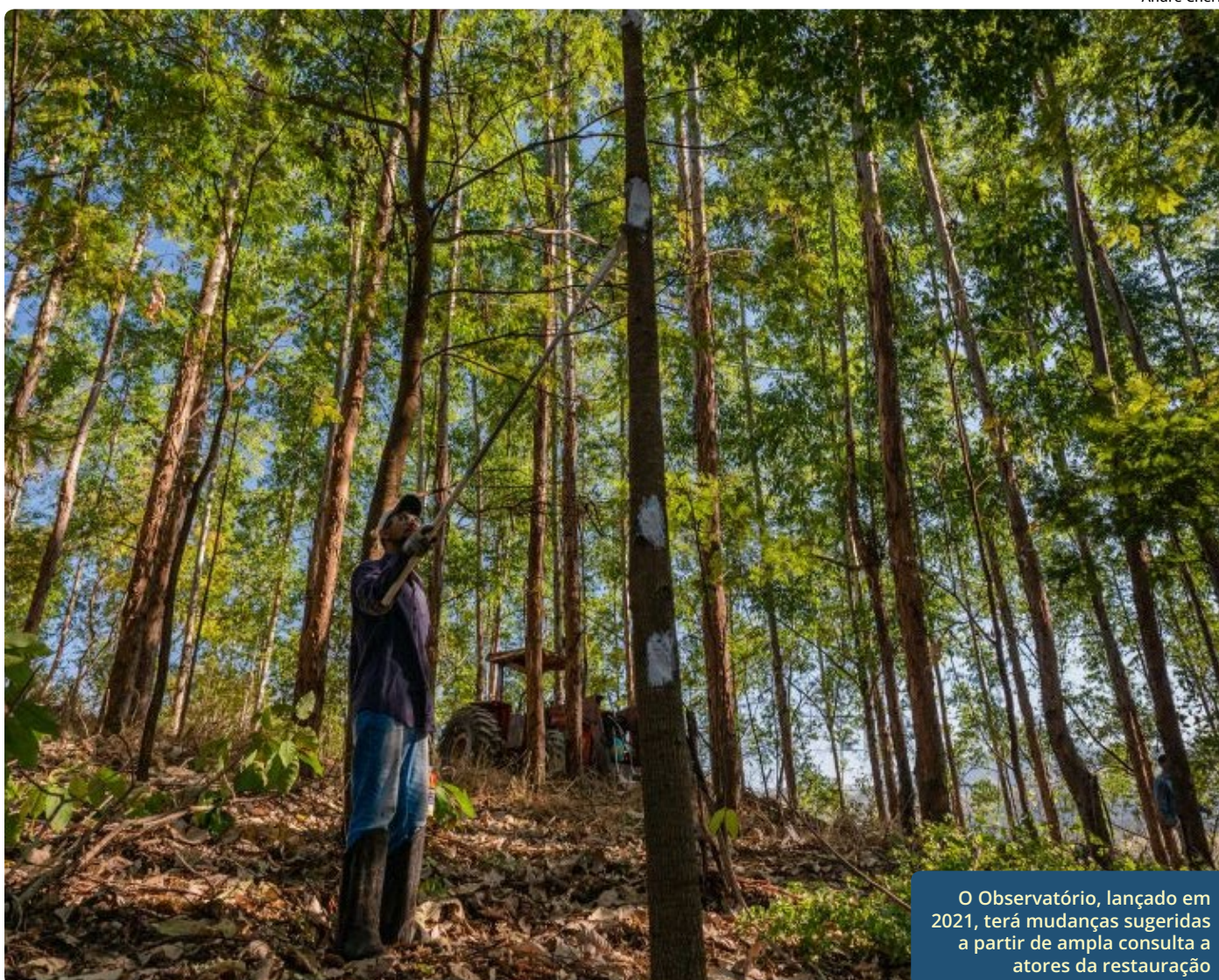
SAIBA MAIS:

-  **Código Florestal completa 10 anos sem ser totalmente implementado**
-  **Seminário reúne iniciativas que atuam na implementação do Código Florestal**



OBSERVATÓRIO DA RESTAURAÇÃO PASSA POR AMPLA REESTRUTURAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO DE SEUS DADOS

André Cheri



O Observatório, lançado em 2021, terá mudanças sugeridas a partir de ampla consulta a atores da restauração

Prestes a completar dois anos no ar, o Observatório da Restauração e Reflorestamento (ORR), lançado em março de 2021, passa por uma ampla reestruturação, conduzida pelo seu grupo gestor, para qualificação dos dados.

As diretrizes que serão seguidas para a atualização do portal foram definidas a partir de um questionário realizado ao

longo de 2022 junto a atores do setor privado, organizações da sociedade civil e representantes do poder público. O levantamento "[Estado da arte para reportar áreas em processo de restauração](#)", publicado em novembro, detalha as conclusões do grupo.

Desde então, dois questionamentos têm norteado as discussões da FT – quantos




hectares indicados no ORR estão, de fato, em processo de restauração; e qual é o tamanho da área que pode ser contabilizada nos acordos internacionais ratificados pelo país. Afinal, sabe-se que o Brasil apresentou metas de restauração em diversos tratados globais assinados nos últimos anos, inclusive o Acordo de Paris.

Para avançar na coleta de dados, os membros da FT investiram na articulação com comitês regionais de restauração. A conexão entre iniciativas presentes em cada bioma do país aprimorará o monitoramento de cada iniciativa.

A recuperação da vegetação nativa é uma atividade cujos benefícios extrapolam a seara ambiental, como mostrou outro levantamento realizado pela **Coalizão**, em

coautoria com o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica. O artigo **“Potencial da restauração de ecossistemas para a criação de empregos no Brasil”** demonstrou que a recuperação de 12 milhões de hectares pode gerar de 1 milhão a 2,5 milhões de postos de trabalho diretos no país até 2030. ■

SAIBA MAIS:

-  **Conheça a plataforma Observatório da Restauração e Reflorestamento**
-  **Estudo: “O estado da arte para reportar área em processo de restauração”**
-  **Estudo: “Potencial da restauração de ecossistemas para a criação de empregos no Brasil”**



GT NATIVAS AVANÇA NA DESBUROCRATIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DE OPORTUNIDADES NO ESPÍRITO SANTO

Miriam Prochnow



GT realizou levantamento para mostrar diversidade das linhas de pesquisa em silvicultura de nativas no Espírito Santo

Fruto de uma parceria entre a **Coalizão** e o governo do Espírito Santo, o Grupo de Trabalho de Silvicultura de Espécies Nativas (GT Nativas) avançou no ano passado no mapeamento de desafios, diagnóstico de oportunidades e mecanismos para desburocratização das atividades do setor no território capixaba.



O GT, que conta com a participação de membros da Força-Tarefa Silvicultura de Nativas da **Coalizão**, realizou um levantamento com 40 especialistas vinculados a diversas empresas e instituições de pesquisa atuantes neste setor econômico no Espírito Santo. ▶

Além de mostrar a diversidade das linhas de pesquisa e das espécies analisadas, o mapeamento, divulgado em setembro, alertou que um em cada cinco projetos estavam sem recursos disponíveis. De fato, a carência de verbas é indicada como o principal obstáculo para o avanço dos estudos e uma das razões para a falta de mudas em ao menos 30% dos projetos.

Uma vez identificados os desafios, é o momento de chegar às soluções, como a desburocratização do mercado. Em agosto, o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf) do Espírito Santo publicou uma instrução normativa que eliminou a exigência de laudo técnico para o plantio de árvores nativas. Até então, apenas São Paulo e Minas Gerais haviam elaborado regras semelhantes.

A pujança do setor no estado foi identificada pelo estudo "[Espécies florestais nativas do Espírito Santo e seu potencial econômico](#)", assinado por TNC Brasil e Cedagro, com a contribuição de membros das forças-tarefa de Restauração e Silvicultura de Nativas da **Coalizão**. A análise indica que as espécies nativas capixabas possuem um mercado potencial de exploração de 44,7 mil m³ de madeira serrada por ano, que renderiam até R\$ 12,6 milhões no mesmo período. ■

SAIBA MAIS:

-  Estudo: "Perfil da pesquisa em silvicultura com espécies nativas no Espírito Santo"
-  Estudo: "Espécies florestais nativas do Espírito Santo e seu potencial econômico"



COALIZÃO E CONCERTAÇÃO INVESTEM EM FRENTES DE ATUAÇÃO CONJUNTA NA AGENDA DE BIOECONOMIA

Mácio Ferreira/Agência Pará



Coalizão e Concertação identificaram sinergias em trabalho voltado à criação de políticas públicas para a bioeconomia

Envolvida, desde o último trimestre de 2021, na proposição de uma Política Nacional de Bioeconomia, a força-tarefa da **Coalizão** dedicada ao tema buscou sinergias em 2022 com a iniciativa Uma Concertação pela Amazônia, que acumula um extenso trabalho na agenda.

A **Coalizão** e a Concertação, que atuam em escalas e com modelos de governança distintos, identificaram, em [um workshop online](#), convergências em três áreas de atuação comuns na bioeconomia: criação de políticas públicas e incentivos; coleta e integração e dados; e o estímulo à

implantação e reconhecimento de polos regionais de excelência voltados à pesquisa e à produção de conhecimento.

A agenda conjunta já gera resultados. No ano passado, ambas as redes realizaram o workshop “Desenvolvimento Territorial na Amazônia & Polos Regionais de Bioeconomia”, ao lado da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA).



Além disso, **Coalizão** e Concertação iniciaram o desenvolvimento de uma plataforma que compila dados sobre a bioeconomia no Brasil. O projeto permite acompanhar a evolução da produção de açaí, babaçu e cacau nas últimas três décadas, indicando, inclusive, a área dedicada a cada cultivo. Outros produtos serão inseridos na plataforma nos próximos meses.

Ambos os coletivos mantiveram também diálogo com a Secretaria de Meio Ambiente

e Sustentabilidade do Pará, estado que se dedica à construção de um plano de conservação e bioeconomia. No estado, **Coalizão** e Concertação identificaram princípios que serão válidos em todo o país para o desenvolvimento de uma economia baseada na exploração sustentável de recursos naturais, como a necessidade de fornecer incentivos fiscais e cursos técnicos para a criação de polos regionais.

Em outra frente, líderes da Força-Tarefa Bioeconomia reuniram-se em maio com diretores do BNDES para conhecer as iniciativas do banco ligadas à bioeconomia florestal. ■

SAIBA MAIS:

-  **Coalizão e Concertação buscam sinergias em bioeconomia**
-  **Novo posicionamento defende criação de política nacional de bioeconomia**



FT FINANÇAS VERDES ENVIA CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANO SAFRA E DEBATE PAPEL DO SEGURO RURAL

Dênio Simões/Agência Brasília



FT defende que portfólio do Plano Safra seja totalmente vinculado a práticas de baixa emissão de carbono

O Plano Safra é o principal instrumento de implementação da política agropecuária brasileira e, por isso, merece atenção especial da **Coalizão**, que enviou suas contribuições para o plano que vigora no biênio 2022-2023.

A Força-Tarefa (FT) Finanças Verdes apresentou cinco propostas ao plano, partindo da premissa de que ele precisa estar completamente alinhado às metas climáticas do Brasil. Seu portfólio, portanto, deve estar totalmente vinculado a práticas ►

de baixa emissão de carbono, visando a descarbonização da política agrícola, assim como ocorre atualmente com o Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC).



Outra medida fundamental proposta pela **Coalizão** foi a suspensão de financiamento para proprietários rurais e empresas em situação de irregularidade socioambiental, como empreendimentos que incluem a prática de desmatamento. Também é recomendado revisar o Programa ABC alinhado ao ABC+.

Todas as ações elencadas, enviadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), permitirão promover inovações nos diferentes sistemas produtivos, consolidando o país como grande produtor sustentável de alimentos.

A FT Finanças Verdes também reforçou, durante o ano passado, a necessidade de

aprimoramento do seguro rural e do crédito rural. No webinar "[O papel do seguro rural na gestão integrada de riscos agropecuários](#)", realizado em fevereiro, especialistas do setor assinalaram que a difusão da ferramenta é especialmente importante para a sustentabilidade de pequenos e médios produtores no enfrentamento da crise climática. Essa preocupação foi endossada por uma pesquisa da Embrapa divulgada durante o evento, que mostrou que o risco hídrico é o que provoca maior impacto econômico na produção rural. ■

SAIBA MAIS:

-  **Coalizão Brasil envia contribuições para o Plano Safra 2022/2023**
-  **Brasil precisa ampliar a cultura do seguro rural para médios e pequenos produtores**



CARTA ENVIADA AO PRESIDENTE JOE BIDEN MANIFESTA APOIO A FUNDO PARA FLORESTAS TROPICAIS

Kiara Worth/UN Climate Change/Flickr



Signatários de carta ao presidente Biden defendem acesso prioritário ao financiamento para os povos da floresta

A **Coalizão** e outras 22 empresas e organizações da sociedade civil e de povos indígenas, representando mais de 330 entidades, enviaram uma [carta aberta](#) ao presidente americano Joe Biden e a membros democratas e

republicanos do Congresso dos Estados Unidos manifestando apoio à aprovação de um fundo de US\$ 9 bilhões para a conservação de florestas tropicais. De acordo com os signatários, o acesso direto ao financiamento deve ser prioritário para ►

os povos da floresta, “que contribuem historicamente para sua conservação e têm seu modo de vida diretamente afetado pela escalada do desmatamento”.




A criação do fundo será feita pelo projeto de lei **Amazon21 Act** (ou America Mitigating and Achieving Zero-emissions Originating from Nature for the 21st Century Act), levado à Câmara dos Representantes dos EUA pelo então líder da minoria, o deputado democrata Steny Hoyer. A proposta possibilitará que o Departamento de Estado, ao qual os recursos estarão subordinados, firme acordos bilaterais de longo prazo com nações em desenvolvimento para erradicar o desflorestamento e reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Na carta, empresas, organizações da sociedade civil e indígenas demonstram a urgência de ações firmes para proteger as florestas, considerando o risco de que a Amazônia entre em colapso devido ao desmatamento acumulado. **Mais de 75% da floresta amazônica perdeu a resiliência desde o início do século XXI**, de acordo com estudo publicado em março pela revista “Nature Climate Change”.

A **Coalizão** e entidades parceiras pedem, ainda, que haja transparência na estrutura de governança do projeto, com participação multissetorial e prioridade de direcionamento dos recursos para os povos da floresta.

Esta foi a iniciativa de maior visibilidade da **Coalizão** no cenário internacional, com ampla repercussão na mídia nacional e estrangeira. Foram obtidas 330 menções na imprensa, incluindo veículos como *Washington Post*, *The Independent* e *Associated Press*. ■

SAIBA MAIS:

-  **Carta aberta para o presidente Joe Biden e congressistas americanos em apoio a fundo contra desmatamento**
-  **Organizações apoiam criação de fundo americano de US\$ 9 bilhões para florestas tropicais**
-  **Amazon 21 Act**



AMAZÔNIA E MERCADO DE CARBONO ESTÃO ENTRE PRINCIPAIS TEMAS DA ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Divulgação



Membros da Coalizão e parceiros debateram papel do Brasil e da Amazônia na solução climática na Climate Week e na COP

A agenda internacional da **Coalizão** teve início em maio, em Seul, na Coreia do Sul, com a participação do cofacilitador José Carlos da Fonseca no 15º Congresso Florestal Mundial. Fonseca falou sobre a atuação do movimento em um painel que tratou da importância de parcerias e cooperação para gerir florestas de forma sustentável.

Em junho, a coordenadora executiva Laura Lamônica foi uma das debatedoras em um evento na Alemanha sobre mercado de carbono organizado pelo Diálogo Agropolítico Brasil-Alemanha (APD) e o Center for Development Research, da Universidade de Bonn.

Na **Climate Week**, realizada em setembro em Nova York, a **Coalizão** e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) promoveram um painel online sobre o mercado de carbono no Brasil. Nele, Fonseca abordou a importância de se estabelecer uma legislação sobre o tema e afirmou que o país está atrasado na regulação desse mercado.

Já no painel “Amazônia: desafios e oportunidades como solução climática para o Brasil”, realizado no Harvard Club, em Nova York, representantes da **Coalizão** debateram as ameaças à floresta, seu papel no enfrentamento às mudanças climáticas e seu potencial para a bioeconomia. Os palestrantes enfatizaram que as soluções só serão efetivas se partirem de articulações coletivas e com uma visão de longo prazo.




Em novembro, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 27), em Sharm el-Sheikh, no Egito, a **Coalizão** participou da organização de dez painéis. **Lançou**, também, o documento “O Brasil que vem: propostas para a agenda agroambiental do país a partir de agora”, que foi entregue a parlamentares e representantes da equipe de transição do novo governo federal que participavam da convenção.

Outro destaque foi o evento promovido pela rede no espaço oficial da ONU, ao lado da iniciativa Uma Concertação pela Amazônia, Ipam e Instituto Ethos, que discutiu a expectativa de retomada do

país ao protagonismo das negociações climáticas na diplomacia internacional.

Em dezembro, o movimento foi representado por alguns de seus membros na COP 15 da Biodiversidade, em Montreal, no Canadá, onde foi firmado o novo Marco Global para a Biodiversidade, dedicando recursos bilionários à proteção da natureza.

SAIBA MAIS:

-  COP 27 não cumpriu o que prometeu, mas discussões sobre justiça climática geram otimismo
-  Coalizão lança propostas para governos eleitos e organiza debates na COP 27
-  Coalizão nas COPs



DEFESA DA AGENDA AGROAMBIENTAL E DA DEMOCRACIA MARCARAM ANO ELEITORAL

Renato Grandelle



O cofacilitador José Carlos da Fonseca apresenta propostas do documento 'O Brasil que vem' no Brazil Climate Action Hub, na COP 27

As eleições para a Presidência da República, governos estaduais e Congresso Nacional foram uma importante oportunidade para levar a agenda agroambiental ao debate político e aproximá-la da população em geral. A **Coalizão** buscou promover a visão de que o desenvolvimento sustentável só poderá ser alcançado a partir de três pilares: combate ao desmatamento e à perda de recursos naturais; segurança alimentar e combate à fome; e geração de emprego e renda.

Ao longo do ano, o movimento debruçou-se na elaboração de propostas concretas e viáveis para o país, visando sua incorporação nos programas de campanha de candidatos e, depois, no

planejamento estratégico para o mandato dos governantes eleitos. A construção das mensagens da rede foi capitaneada pelo Comitê Eleições, formado em janeiro pelos cofacilitadores e 11 membros do Grupo Estratégico (GE) e do Grupo Executivo (GX). Nos meses seguintes, o trabalho incluiu reuniões com lideranças das Forças-Tarefa e Fóruns de Diálogo e um processo de consulta aberto aos mais de 300 integrantes da rede.

O primeiro produto concluído, ainda em junho, foi o documento-síntese "[Propostas da Coalizão Brasil aos candidatos às eleições de 2022](#)", que resumia contribuições divididas nos três eixos que levarão ao desenvolvimento sustentável. ▶

Após novas análises, que destrincharam o conteúdo proposto até então, a **Coalizão** publicou, em novembro, o documento “[O Brasil que vem: propostas para a agenda agroambiental do país a partir de agora](#)”. A divisão dos eixos temáticos foi mantida, enquanto uma nova categorização ganhou destaque. As 33 propostas foram organizadas, também, de acordo com o prazo necessário para sua implementação – as medidas urgentes, que poderiam ser realizadas no primeiro dia do governo, as destinadas para os 100 primeiros dias e as políticas estruturais, que demandariam esforços ao longo do mandato. O relatório foi lançado na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 27), em Sharm el-Sheikh, no Egito.

A **Coalizão** realizou ações intensas de advocacy para levar as propostas aos candidatos e aos representantes eleitos, e algumas delas foram contempladas no relatório do Gabinete de Transição Governamental. Promoveu, ainda, uma

campanha nas redes sociais, com a produção e publicação de mais de 300 conteúdos, incluindo vídeos, imagens e textos, para divulgar as principais mensagens à população em geral. Entre outros resultados, houve um ganho de 10 mil seguidores nos perfis do movimento.

O movimento também apoiou a iniciativa Farol Verde, que identificou o posicionamento de candidatos ao Congresso Nacional em relação a temas da agenda ambiental. Além disso, diante do arrefecimento da polarização política, a **Coalizão** divulgou, em agosto, [uma nota em defesa da democracia e do sistema eleitoral](#): “Sem democracia, não há desenvolvimento e sustentabilidade. Sem sustentabilidade, não há futuro possível”, ressaltou a manifestação.

Conheça mais detalhes sobre o Projeto Rota Eleições da **Coalizão** nas seções a seguir.

LINHA DO TEMPO

JANEIRO

ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

- ▶ Formação do Comitê Eleições

FEVEREIRO A MAIO

PRIORIZAÇÃO DE PROPOSTAS

- ▶ Formação de questionário sobre propostas prioritárias
- ▶ Discussão da priorização entre líderes de Fóruns de Diálogo e Forças-Tarefa

JUNHO

AMPLIAÇÃO DO DEBATE

- ▶ Painel sobre eleições na Plenária
- ▶ Envio de formulário de priorização das propostas à rede de membros
- ▶ Lançamento do documento-síntese

AGOSTO A OUTUBRO

ARTICULAÇÕES PÚBLICAS

- ▶ Divulgação de nota em defesa da democracia
- ▶ Reuniões com equipes de campanha: presidenciais, governos estaduais e Congresso Nacional
- ▶ Parcerias com RAPS e Farol Verde
- ▶ Participação em eventos nacionais e internacionais

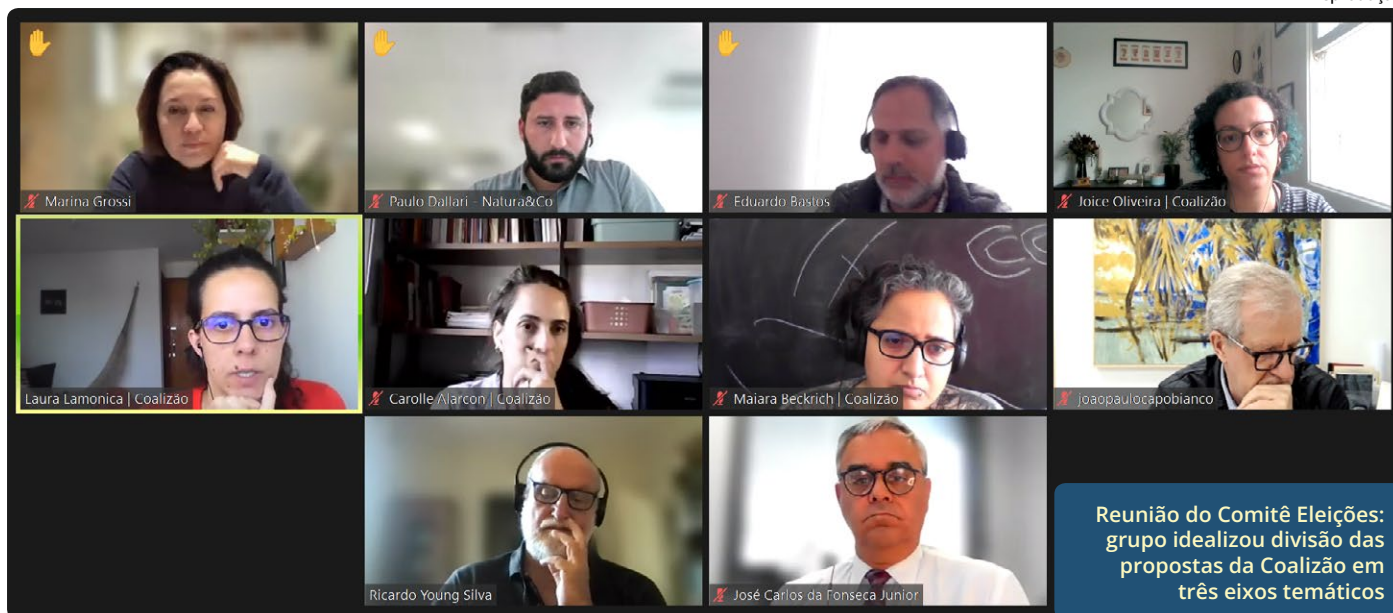
NOVEMBRO E DEZEMBRO

O BRASIL QUE VEM

- ▶ Lançamento do documento “O Brasil que vem”
- ▶ Interlocução com governos eleitos e equipes de transição
- ▶ Debate em Plenária

COMITÊ RELEMBRA PROPOSTAS HISTÓRICAS

Reprodução



A **Coalizão** iniciou 2022 criando a sua estrutura de estratégia eleitoral, que incluiria três frentes: construção das propostas, advocacy com equipes de campanha e divulgação para a sociedade.

O Comitê Eleições reuniu 13 integrantes – os cofacilitadores José Carlos da Fonseca e Rachel Biderman e membros do Grupo Estratégico (GE) e do Grupo Executivo (GX). Sua liderança ficou a cargo de Renata Piazzon, diretora-executiva do Instituto Arapyaú, e de Paulo Dallari, diretor de Relações Governamentais da Natura&Co, ambos do GX.

Idealizador da divisão das propostas da **Coalizão** em três eixos temáticos, o comitê

se debruçou inicialmente sobre a revisão de 48 propostas históricas do movimento, que figuraram em suas publicações desde o último pleito presidencial. A compilação abrangeu, entre outros materiais, as **seis ações para a queda rápida do desmatamento**, divulgadas em 2020, e as **28 propostas enviadas aos candidatos ao Palácio do Planalto em 2018**, além de medidas reivindicadas em diversos **posicionamentos**.

NOVAS PROPOSTAS SÃO DIVIDIDAS EM TRÊS EIXOS

Tendo as publicações históricas como base, o Comitê realizou uma priorização de temas, ▶

que foram consolidados no documento-síntese divulgado em junho. “A nossa grande mensagem para o período eleitoral é que você não vai resolver nenhum dos grandes temas do país sem conservar nossas florestas”, declarou Paulo Dallari, colíder do Comitê, ao [boletim da Coalizão](#).

O primeiro evento público de discussão das propostas foi a Plenária de junho da **Coalizão**, que promoveu o debate “[Desenvolver sem desmatar: a agenda agroambiental nas eleições](#)”.

‘O BRASIL QUE VEM’: UM PLANO PARA O PAÍS

Em agosto, os líderes de Fóruns de Diálogo e Forças-Tarefa da **Coalizão** fizeram sua primeira reunião presencial desde o início da pandemia do de Covid-19. No encontro, retomaram as propostas endereçadas pela **Coalizão** aos candidatos e aprofundaram o debate. A partir de dezenas de sugestões, surgiram 33 medidas direcionadas aos governos eleitos. Foi a gênese do

documento “[O Brasil que vem: propostas para a agenda agroambiental do país a partir de agora](#)”.

As propostas apresentadas são acompanhadas por uma contextualização, justificativa e o nome dos órgãos responsáveis por implementá-las. O nível de urgência também ganhou destaque, e a **Coalizão** estimou qual seria o prazo necessário para que cada medida saísse do papel. Toda a rede de membros pôde enviar sugestões, antes da validação da publicação pelo Grupo Estratégico.

O documento foi fechado na noite de 13 de novembro; na manhã seguinte, uma segunda-feira, cinco propostas emergenciais, previstas para o primeiro dia da nova administração, foram mencionadas pelo cofacilitador José Carlos da Fonseca diante da plateia lotada do Brazil Climate Action Hub, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 27), em Sharm el-Sheikh, no Egito. Fonseca e integrantes de outros movimentos da sociedade civil dividiram o palco com lideranças do governo eleito e das equipes de transição. ▶

AÇÕES NAS REDES SOCIAIS LEVAM MENSAGENS PARA O PÚBLICO EM GERAL

Em paralelo à consolidação do documento para os governantes eleitos, a **Coalizão** fez um investimento inédito em suas redes sociais para divulgar as principais mensagens e o conteúdo das propostas para a população em geral.

A campanha nas redes ganhou o nome de Rota Eleições e a criação dos conteúdos se deu a partir de um planejamento da Coordenação de Comunicação e do Comitê Eleições da **Coalizão**. Uma agência especializada em estratégia digital foi contratada para se dedicar à elaboração de mais de 300 posts para Instagram, Facebook, Twitter e LinkedIn. Também foram produzidos cerca de 30 vídeos para YouTube, abordando temas da agenda

agroambiental em linguagem didática. Sete deles trouxeram, também, entrevistas com lideranças do movimento. ▶



Posts abordaram temas da agenda agroambiental em linguagem didática e tiveram amplo alcance nas redes sociais

O QUE DIZ O DOCUMENTO

“O Brasil que vem” marcou a primeira vez que a **Coalizão** trouxe metas relacionadas a temas que, até então, não haviam sido alvo de discussões aprofundadas pela rede, como o combate à fome e a retomada da demarcação de Terras Indígenas. Também foi a primeira vez que o movimento estimou a redução possível do patamar de desmatamento. Segundo a publicação, a reestruturação das agências ambientais e as políticas de comando e controle podem levar a uma queda de até 70% da devastação da Amazônia nos próximos quatro anos.



O documento conta com 33 propostas. Cinco delas são destinadas ao primeiro dia de governo, como a restauração da governança do Fundo Amazônia e a atualização dos planos de combate ao desmatamento da Amazônia e do Cerrado.

Onze propostas foram elaboradas para os 100 primeiros dias de governo. Entre elas estão o lançamento de um Pacto Nacional para Alimentação Saudável e Biodiversa e o aprimoramento de critérios socioambientais para a concessão do crédito rural.

Finalmente, 17 medidas são direcionadas para o mandato, como a criação de uma política nacional de bioeconomia, a regulação do mercado brasileiro de carbono, a promoção da agricultura familiar sustentável e o fortalecimento da rastreabilidade nas cadeias produtivas.

COALIZÃO FAZ MAIS DE 30 REUNIÕES COM ATORES POLÍTICOS

Reprodução



Reunião de membros da **Coalizão** com Nelson Marconi, coordenador da candidatura de **Ciro Gomes** à Presidência da República

Além da campanha de comunicação nas redes sociais, o Rota Eleições também contou com uma estratégia específica de advocacy. A **Coalizão** promoveu 37 reuniões de apresentação de suas propostas com políticos, coordenadores de campanha e, após a eleição, membros de grupos de transição de mandato. O mapeamento dos principais interlocutores foi traçado por uma consultoria política especializada, que também forneceu informações sobre atores que ocupariam posições estratégicas para a agenda agroambiental nos novos mandatos, seja no Executivo ou no Congresso Nacional.

A **Coalizão** também figurou entre as redes apoiadoras do **Farol Verde**, plataforma organizada pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade e pela Rede Advocacy Colaborativo. A iniciativa reuniu informações sobre como os candidatos ao Congresso Nacional se posicionavam em relação a questões socioambientais. Atualmente o Farol Verde se dedica a monitorar a atuação dos parlamentares eleitos e as votações de pautas relacionadas à área ambiental. ■

INTERLOCUTORES DA COALIZÃO

Lista das equipes de campanha e transição para quem a **Coalizão** apresentou suas propostas:

CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA

A **Coalizão** entrou em contato com todas as candidaturas

- ▶Ciro Gomes (PDT)
- ▶Luiz Inácio Lula da Silva (PT)
- ▶Simone Tebet (MDB)

GOVERNOS ESTADUAIS

- ▶Mauro Mendes (União Brasil-MT)
- ▶Romeu Zema (Novo-MG)
- ▶Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP)

SENADO

- ▶Omar Aziz (PSD-AM)
- ▶Plínio Valério (PSDB-AM)
- ▶Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
- ▶Zequinha Marinho (PL-PA)

EQUIPE DE TRANSIÇÃO: governo Lula

- ▶Grupo de Trabalho do Meio Ambiente

SAIBA MAIS:







-  O Brasil que vem – Sumário executivo
-  O Brasil que vem - Nota técnica
-  Propostas da Coalizão aos candidatos às eleições de 2022
-  Propostas aos candidatos às eleições de 2018
-  Ações para a queda rápida do desmatamento
-  Painel Farol Verde

DIAGRAMA DA ESTRUTURA DA COALIZÃO

(ATÉ 31/12/2022)



AS FORÇAS-TAREFA
REALIZARAM

137

REUNIÕES, CALLS E
WEBINARS EM 2022

ADVOCACY

Para além das eleições, ao longo do ano, o movimento debateu temas como bioeconomia, concessões florestais, regularização fundiária e pagamento por serviços ambientais com os ministérios da Agricultura, Meio Ambiente, Economia e Ciência e Tecnologia, além de atores internacionais e outros interlocutores estratégicos. Foram 67 reuniões, envolvendo mais de 110 representantes do poder público.

No Ministério do Meio Ambiente, representantes da **Coalizão** foram entrevistados por uma consultoria contratada pela pasta para realizar o balanço de monitoramento das ações previstas no Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg). O movimento também participou de reuniões da Câmara Consultiva Técnica, onde apresentou sua proposta para regulamentação da Lei de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). O mesmo tema foi abordado em uma agenda com a Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo (SDI) do Ministério da Agricultura.

Foi realizada, ainda, uma série de conversas com o setor financeiro. Líderes da Força-Tarefa (FT) Bioeconomia [reuniram-se com diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social \(BNDES\)](#) para conhecer as iniciativas do banco ligadas à bioeconomia florestal.

No Congresso, a bioeconomia foi tema de diálogos com a Comissão

de Meio Ambiente do Senado e o Grupo Parlamentar Multipartidário de Conservação e Produção Sustentável do Brasil. O movimento também se reuniu com a senadora Simone Tebet para tratar de regularização fundiária e com Tiago Ricci, consultor do deputado Marcelo Ramos, então vice-presidente da Câmara, para falar sobre os riscos do Projeto de Lei 191/2020, que regulamentaria a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em Terras Indígenas.

Também houve aproximações junto aos governos subnacionais, como contribuições dos membros da **Coalizão** a uma consulta pública do Pré-Plano Estadual de Bioeconomia do Pará, uma identificação de sinergias com o estado da Bahia no tema da silvicultura de espécies nativas e, ainda neste tema, a continuidade do acordo de cooperação técnica entre a **Coalizão** e o governo do Espírito Santo.

A **Coalizão** participou, ainda, ao longo do ano, de encontros organizados por representações estrangeiras, entre elas as embaixadas da Dinamarca, dos Estados Unidos, dos Países Baixos e da Noruega, nos quais apresentou sua atuação e abordou temas como cadeias de commodities livres de desmatamento. Membros do movimento reuniram-se também com Alok Sharma, presidente da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de Glasgow (COP 26), que veio ao Brasil para acompanhar o status dos compromissos ambientais anunciados pelo país na convenção de 2021. ■

INDICADORES DE COMUNICAÇÃO

9

posicionamentos
e notas técnicas

10

boletins

8

vídeos

6

relatórios ou
estudos

19

eventos da
Coalizão

44

participações
em outros eventos

Parcerias

com portal PlenaMata e revistas
Agroanalysis e Globo Rural

VISIBILIDADE

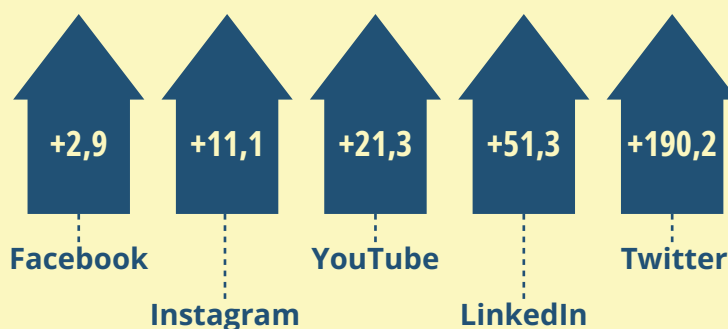
Menções na imprensa:

1.920

Seguidores nas
redes sociais:

38.096

Evolução dos seguidores
(2021-2022) - em %



Siga a Coalizão
nas redes sociais



FACILITADORES E EQUIPE DA COALIZÃO

Paula Brandão

Em dezembro de 2022, durante a 2ª Plenária do ano, Renata Piazzon, diretora executiva do Instituto Arapyauú, foi anunciada oficialmente como a nova cofacilitadora da Coalizão, assumindo a vaga ocupada até então por Rachel Biderman, vice-presidente sênior para a Conservação Internacional nas Américas. Piazzon divide a liderança do movimento com o diplomata José Carlos da Fonseca, diretor-executivo da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), e que está à frente da rede desde dezembro de 2021. Os cofacilitadores têm mandatos de dois anos.

Piazzon é licenciada em Direito e tem mestrado em Direito Ambiental e formações na Harvard Kennedy School, Schumacher College, Amani Institute e Homeward Bound. Compõe o Conselho Consultivo do Instituto Akatu, do Grupo Jurídico do Sistema B Brasil e do Projeto Realidade Climática. Foi, ainda, secretária executiva da iniciativa Uma Concertação pela Amazônia.

A nova cofacilitadora já integrava o Grupo Executivo (GX) e, em 2022, foi uma das líderes do Comitê Eleições da **Coalizão**. **Após tomar posse**, Piazzon anunciou que buscava aumentar a capacidade de advocacy do movimento e retomar uma participação maior do setor produtivo, desde a agricultura familiar ao agronegócio. “Isso será uma prioridade de engajamento para construirmos uma agenda propositiva na temática agroambiental.”

Durante seu mandato como cofacilitadora, Rachel Biderman, que segue na **Coalizão** como membro do Grupo Estratégico



José Carlos da Fonseca
e Renata Piazzon,
cofacilitadores
da **Coalizão**

(GE), contribuiu para aumentar a representatividade da rede e sua presença em eventos internacionais. Foi, também, uma figura crucial no processo de institucionalização do movimento, que, desde 2021, está juridicamente hospedado no Instituto de Apoio à Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.




Ainda em 2022, a Coordenação Executiva do movimento deu as boas-vindas a Carolle Alarcon, que assumiu como

coordenadora de Relações Institucionais, a quem cabe o planejamento de ações junto aos Fóruns de Diálogo e Forças-Tarefa e a articulação com o poder público.

Além de Alarcon, a equipe conta com outros quatro profissionais exclusivamente dedicados ao movimento: Laura Lamonica, coordenadora executiva, Maiara Beckrich, analista sênior de Operações e Engajamento, Joice Oliveira, analista sênior de Operações e Gestão da Informação, e Renato Grandelle, coordenador de Comunicação.

Confira, na seção “Sobre a Coalizão”, a composição da governança da rede.

SAIBA MAIS:

-  **Perspectivas para 2023 são tema de debate em plenária da Coalizão**
-  **‘A Coalizão é um microcosmo da realidade brasileira’, diz Rachel Biderman**
-  **‘Quero aumentar a capacidade de advocacy da Coalizão’, diz Renata Piazzon**

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Total de despesas 2022: R\$ 2.256.018,02

REMUNERAÇÃO DA EQUIPE (35,17%):

equipe dedicada integralmente à **Coalizão** (Coordenadora Executiva, Coordenador de Comunicação, Coordenadora de Relações Institucionais, Analista de Operações e Engajamento e Analista de Operações e Gestão da Informação).

ASSESSORIA JURÍDICA, CONTÁBIL, FISCAL E ADMINISTRATIVA (9,71%):

despesa de apoio jurídico e administrativo-financeiro, contratados para substituir o antigo apoio prestado pelo CEBDS.

DESPESAS OPERACIONAIS (6,78%):

estrutura e serviços básicos da **Coalizão**.

SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO (13,25%):

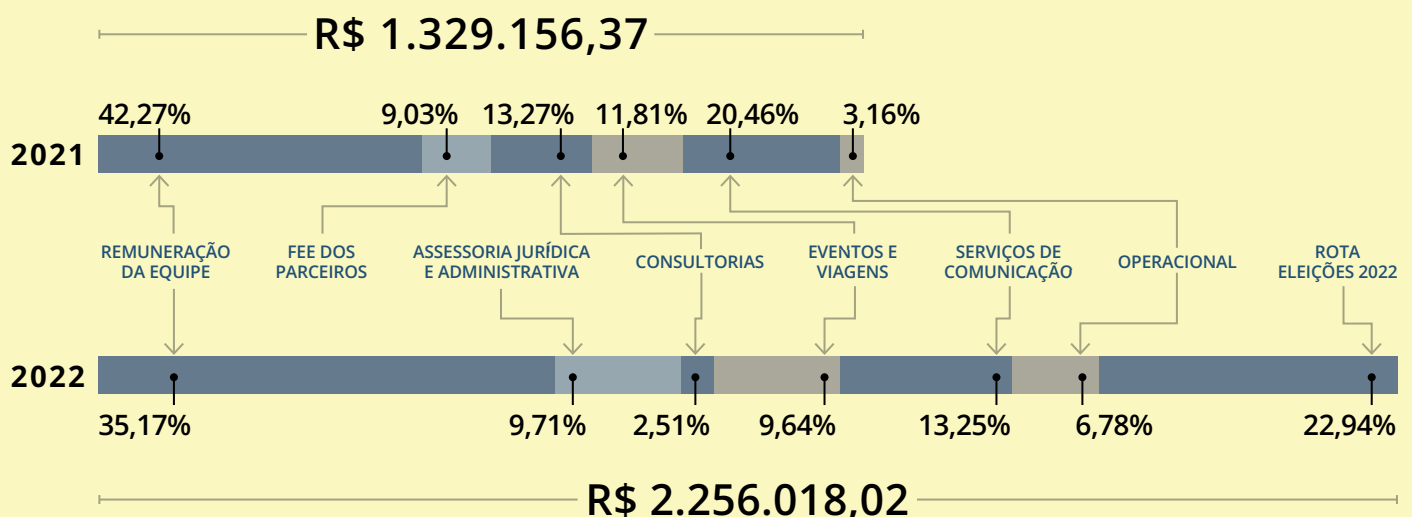
incluem o apoio prestado pela agência responsável pelos boletins de notícias e conteúdos das redes sociais da **Coalizão**, redação de artigos para revistas, design, tradução e assessoria de imprensa.

CONSULTORIAS (2,51%): despesas referentes à consultoria especializada para apoiar a migração dos processos operacionais do CEBDS para o Instituto de Apoio à Coalizão (IAC), à consultoria de Recursos Humanos e aos custos parciais dos consultores do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento em Silvicultura de Espécies Nativas (PP&D-SEN).

EVENTOS E VIAGENS (9,64%): referem-se às despesas para preparação e realização de webinários, incluindo a produção de vídeos para as plenárias e a realização e participação em eventos nacionais e internacionais, como Climate Week e COP 27.

PROJETO ROTA ELEIÇÕES (22,94%): referem-se às despesas para elaboração dos documentos de propostas (redação, tradução, design, impressão), assessoria de imprensa, consultoria de advocacy, agência especializada em mídias sociais e produção de vídeos para disseminação dos conteúdos do projeto.

COMPARATIVO 2021 X 2022



AGRADECIMENTOS



OUTRAS FORMAS DE APOIO EM 2022



PERSPECTIVAS PARA 2023

Passadas as eleições, o ano de 2023 traz para a **Coalizão** a missão de promover a implementação das propostas reunidas no documento “**O Brasil que vem**”. Também é um ano para acompanhar de perto a tramitação de importantes projetos de lei relacionados a temas como mercado de carbono, bioeconomia, rastreabilidade, licenciamento ambiental e regularização fundiária. A retomada de consultas públicas está na agenda do dia em diversos temas. Trata-se, portanto, de um momento de intensificação do diálogo com o poder público e maior articulação com governos nacional e subnacionais.

Por esses motivos, a **Coalizão** passa por um realinhamento das Forças-Tarefa (FTs), aumentando sua capacidade para responder demandas a curto prazo e contribuindo para a construção de novas políticas públicas. O movimento buscará, ainda, aumentar o engajamento do setor privado nos debates internos e estabelecer um canal de diálogo com atores relacionados à agricultura familiar, ainda não representados na lista de membros da rede. A abertura de interlocuções com este segmento ocorrerá em uma nova FT, dedicada à segurança alimentar e assistência técnica.

A FT Restauração, por sua vez, focará esforços na articulação do Observatório da Restauração e Reflorestamento com plataformas regionais, além do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, como a Aliança pela Restauração na Amazônia e a Rede Araticum, atuante no Cerrado, e na melhora do recebimento de dados. Para a FT, além da questão ambiental, a restauração também é uma agenda social e econômica. É a mesma ótica adotada

pela FT Silvicultura de Espécies Nativas, que considera o desenvolvimento desta atividade econômica como um potencial vetor de geração de emprego e renda em todo o país.

A FT PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) pretende organizar neste ano um seminário sobre o tema envolvendo entidades representativas da economia. Também espera obter sinalizações positivas relacionadas à regulamentação da Lei de PSA.

A agenda de bioeconomia estará presente em uma série de eventos, entre eles alguns de destaque internacional, como a Conferência Panamazônica de Bioeconomia. Finalmente, cabe destacar o esforço da FT Rastreabilidade e Transparência em incidir sobre a implementação de um sistema ou plataforma nacional de rastreabilidade de cadeias agropecuárias.

Na agenda internacional, a **Coalizão** segue atenta para contribuir com debates em eventos de relevância, como a Climate Week NYC, em setembro, e a 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 28), que será realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, no final do ano.

Cabe lembrar que o avanço do trabalho das FTs e o debate nacional em torno da agenda agroambiental levará ao surgimento de outras iniciativas na **Coalizão**, bem como à divulgação de materiais, como posicionamentos, que enfatizarão a importância estratégica da economia verde e inclusiva para o desenvolvimento do país.

NOSSAS LIDERANÇAS (ATÉ 31/12/2022)

GRUPO ESTRATÉGICO (GE)



**ANDRÉ
GUIMARÃES**
IPAM



BETO MESQUITA
BVRio e Diálogo
Florestal



**CAROLINA
DA COSTA**
Mauá Capital



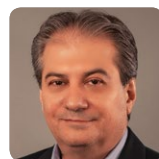
**JOANA
CHIAVARI**
CPI/PUC-Rio



**JOÃO PAULO
CAPOBIANCO**
Especialista



**MALU PINTO
E PAIVA**
Vale



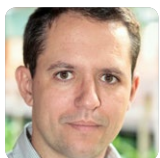
**MARCELLO
BRITO**
CBKK



**MARCELO
FURTADO**
Nature Finance



**MARINA
GROSSI**
CEBDS



**MAURÍCIO
VOIVODIC**
WWF Brasil



**MERCEDES
BUSTAMANTE**
UnB



**PAULO
HARTUNG**
Ibá



**RACHEL
BIDERMANN**
CI



**RICARDO
YOUNG**
IDS



**ROBERTO
WAACK**
Marfrig



**RODRIGO
CASTRO**
Fundação Solidaridad



**SYLVIA
COUTINHO**
UBS Brasil



**TASSO
AZEVEDO**
Especialista



**WALTER
SCHALKA**
Suzano

GRUPO EXECUTIVO (GX)



**CARLOS
ROXO**
Especialista



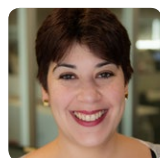
**EDUARDO
BASTOS**
MyCarbon



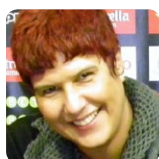
**FABIOLA
ZEBINI**
WRI Brasil



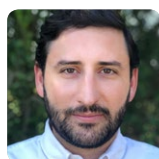
**IVONE
NAMIKAWA**
Klabin



**JULIANA DE
LAVOR LOPES**
Amaggi



**KAREN
OLIVEIRA**
TNC



**PAULO MASSI
DALLARI**
Natura



**RENATA
NOGUEIRA**
Cargill



**RODRIGO
CASTRO**
Fundação Solidaridad

COFACILITADORES E COORDENAÇÃO EXECUTIVA



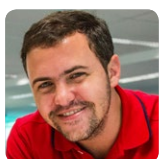
**JOSÉ CARLOS DA
FONSECA JR**
Ibá e cofacilitador



**RENATA
PIAZZON**
Instituto Arapyauá
e cofacilitadora



LAURA LAMONICA
Coordenadora
Executiva



RENATO GRANDELLE
Coordenador de
Comunicação



CAROLLE ALARCON
Coordenadora
de Relações
Institucionais



JOICE OLIVEIRA
Analista Sênior de
Operações e Gestão
da Informação



MAIARA BECKRICH
Analista Sênior
de Operações e
Engajamento

NOSSAS LIDERANÇAS

LÍDERES DOS FÓRUMS DE DIÁLOGO E FORÇAS-TAREFA:



ALESSANDRA
FAJARDO
Bayer



ANA LEITE
BASTOS
Urbem



ANA TULIA
DE MACEDO
Natura



ANDREIA
BONZO
Instituto Igarapé



BETO
MESQUITA
BVRio



CLARISSA
GANDOUR
CPI/PUC-Rio



DIOGO
BARDAL
IFC



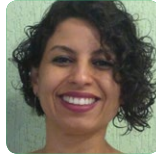
EDUARDO
BASTOS
MyCarbon



EDUARDO
CALDAS
TFA



EDUARDO
ROXO
Atina



ERIKA
PINTO
IPAM



FABIANA
REGUERO
Amaggi



GABRIEL
SIQUEIRA
IGT/Unicamp



GABRIELA
SAVIAN
IPAM



IVONE
NAMIKAWA
Klabin



JOANA
CHIAVARI
CPI/PUC-Rio



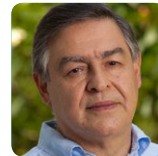
JOSÉ CARLOS DA
FONSECA JR
Ibá



JULIANA
SIMÕES
TNC



JULIANO
ASSUNÇÃO
CPI/PUC-Rio



KALIL CURY
Partner
Desenvolvimento



LAURA
ANTONIAZZI
Agroicone



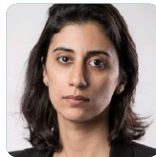
LEDA
TAVARES
WWF



LEILA
HARFUCH
Agroicone



LEONARDO
SOBRAL
Imaflora



LIÈGE
CORREIA
JBS/Friboi



LUCIANA
VILLA NOVA



MARIANA
PEREIRA
Fundação Solidaridad



MIGUEL
CALMON
CI



MÔNICA
DIAS
Suzano



PAULO
BARRETO
Imazon



PAULO
MOUTINHO
IPAM



PRISCILA
MATTA
Natura



RENATA
NOGUEIRA
Cargill



RODRIGO
CIRIELLO
Futuro Florestal



RODRIGO
LIMA
Agroicone



RUBENS
BENINI
TNC



TÚLIO
DIAS
Agropalma

**COALIZÃO
BRASIL**
CLIMA, FLORESTAS
E AGRICULTURA